

Da Pré-Consciência da Importância da Língua Portuguesa e do seu Louvor em Tempos de Domínio Filipino na *Arte Poética* de D. António de Ataíde¹

Adriano Milho Cordeiro², adrianomilhocordeiro@gmail.com

Sinopse

António de Ataíde, 5.º Conde da Castanheira e 1.º Conde de Castro D’Aire, nasceu por volta de 1567 ou um pouco antes e morreu a 14 de Dezembro de 1647. Vivenciou os impactos da sua existência com índole apaixonada e os limiares de novas conceções artísticas e literárias como homem de letras singular, insigne capitão-general do ponto de vista da estratégia militar, almirante versado e político polifacetado nas suas práticas.

Presenciou as primeiras colonizações do Brasil, experimentou o desastre de Alcácer-Quibir e a subsequente perda da independência; escolheu o partido dos Filipes – sem nunca descurar a sua origem lusa –, governou regiões desmedidas, ambulou pela Índia, deslizou por oceanos e sentiu na pele as fragosidades dramáticas do trágico e do épico. A plenitude de todo o território e do mar português estiveram sempre na linha da frente para o 1.º Conde de Castro D’Aire. Não foi por acaso que alteou até ao Olimpo Luís de Camões, bem como outros escritores de língua portuguesa.

D. António de Ataíde, devido às circunstâncias do tempo em que viveu, esteve profundamente ligado à gestão dos Habsburgos de Espanha. No entanto, no seu manuscrito, intitulado *Borrador de huma arte poetica que se intenta/ua escrever*, lavrado entre 1599 e 1602, observa-se um enaltecimento e uma pré-consciência da importância da língua portuguesa. Esse facto deve agora ser aprofundado, pois a edificação da Lusofonia é um processo em contínua pesquisa e evolução.

Palavras-chave: Camões; epopeia; *Lusíadas*; Lusofonia; Poética.

¹ Conferência proferida a 9 de Novembro de 2018, no âmbito dos trabalhos realizados no *III Congresso Internacional de Cultura Lusófona Contemporânea – CICLC2018 - Fronteiras e Horizontes: espaço(s) e tempo(s) de diálogo*, promovido pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre.

² • Investigador da FLUC - UI&D-CLP, (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Centro de Literatura Portuguesa).

• Investigador da FLUC - UI&D-CECH, (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos).

• Doutor em Estudos Clássicos, Poética e Hermenêutica, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Num dado momento existiu entre os autores do *Cinquecento* um profícuo debate sobre a língua a utilizar na produção de ‘obras literárias’, ou seja, se se deveria utilizar o latim ou o vulgar. D. António de Ataíde, apesar de defender o uso do vernáculo, não deixa de admirar os coevos como o padre Luís da Cruz que escreveram as suas obras em latim.

Conquanto o latim fosse, no século XVI, a grande língua de comunicação e o principal veículo da transmissão do conhecimento científico, os grandes escritores da Renascença adoptam cada vez mais o vulgar como expressão das suas metáforas literárias.

“As Poéticas do Renascimento, no sentido de prestarem homenagem aos autores e à retórica clássica, defendem frequentemente o vernáculo” (Cornilliat & Langer, 1997, p. 129). São as metáforas elaboradas de acordo com os manuais, permitindo ‘defender e ilustrar’ a sua própria língua, como declara a célebre fórmula de Du Bellay³. Segundo Cornilliat & Langer (1997), no Renascimento, existem poucos teóricos da poesia sem consciência da fraqueza das línguas modernas em comparação com as antigas. Assim, aditam os mesmos autores, e apesar de algumas referências “cratilianas”, a maior parte das discussões sobre a língua no século XVI sustentam a sua natureza ‘convencional’: S. Speroni, no seu *Dialogo delle lingue* (1542), defende que as línguas não são produzidas pela natureza, mas são ‘edificadas e reguladas pela astúcia das pessoas a seu bel-prazer’; ‘toda a sua força nasce da vontade dos mortais’. Du Bellay (1966⁴ *apud* Cornilliat & Langer, 1997) traduzirá esta última frase na sua obra *Deffence et illustration* (1549, I, I). Cornilliat & Langer (1997) encontram referências semelhantes em Charles de Bovelles, na sua obra *Liber de differentia vulgarium linguarum et Gallici sermonis varietate* (1533). Uma vez que a natureza da língua não se resume à relação entre a palavra e a coisa, e dado que o léxico particular de cada língua é entendido como uma decisão confirmada pelo uso, será, em princípio, possível modificar as línguas vernáculas de modo a remediar a sua ‘pobreza’ (Cornilliat & Langer, 1997, p. 129). Estas modificações, segundo Cornilliat & Langer (1997), não se enquadram num discurso universal: as tentativas de ‘enriquecimento’ confirmam, na sua grande maioria, a especificidade das diferentes línguas. Deste modo, acrescentam os mesmos autores, como cada uma tem uma estrutura ‘natural’, é necessário estar sempre a procurar um equilíbrio entre o familiar e a inovação.

Depois de estudar os autores do Renascimento, Cornilliat & Langer (1997) afirmam que aqueles, para ‘enriquecer’ a língua vernácula, utilizavam vocábulos arcaicos, repletos de essência ancestral, criavam novas palavras e socorriam-se de ‘empréstimos’ de outras línguas, como o grego ou o latim, e também, por exemplo em França, o italiano. Por um lado, o enriquecimento do vernáculo, segundo os especialistas supracitados, é também idealizado como um engrandecimento da elocução retórica, associando-se à fertilidade da invenção em nome do princípio ciceroniano do acordo entre as duas riquezas: a dos conhecimentos gerais e a das palavras que os exprimem e os fundem no discurso; por outro, os autores clássicos autorizam a criação de neologismos: Horácio (*Ars poetica*, 48-53) e Cícero (*De finibus*, III, I, 3) permitem a utilização de novas palavras para designar as novas coisas. Além disso, aditam

³ Vide Cornilliat & Langer (1997), «Histoire de la Poétique au XVI^e Siècle» in *Histoire des Poétiques*, p. 129.

⁴ Du Bellay, J. (1966) *La Deffence et illustration de la langue francoyse*, éd. H. Chamard, Paris.

Cornilliat & Langer (1997) que a existência de novas palavras é também consequência da modernidade do Renascimento, ou seja, das invenções contemporâneas sobretudo no âmbito da artilharia, da imprensa e dos instrumentos de navegação que contribuíram para a descoberta de novos mundos. “A um segundo nível, é necessário tirar partido destes novos recursos para ‘enriquecer’ os textos e as ‘orações’ retóricas e poéticas, uma vez que são estas que ‘ilustram’ definitivamente a língua” (Cornilliat & Langer, 1997, p. 130). Vida (1976⁵ *apud* Cornilliat & Langer, 1997) refere que o poeta pode até inventar as palavras de modo a dar significado às coisas desconhecidas se as conseguir moldar de tal forma que se assemelhem a outras já existentes e conhecidas. B. Castiglione (1987⁶ *apud* Cornilliat & Langer, 1997) recomenda a ‘formação’ de novas palavras se estas provierem do latim, tal como determinadas palavras latinas provêm do grego. Cornilliat & Langer (1997) mencionam que, em Espanha, o *Diálogo de la lengua* de Juan de Valdés (escrito em 1535)⁷ sublinha essa mesma necessidade, assim como López Pinciano, ao nível da linguagem poética, na sua obra *Filosofia Antigua Poética* (1596). Du Bellay (1966⁸ *apud* Cornilliat & Langer, 1997) inclui no seu programa linguístico e poético um capítulo sobre a invenção das palavras (*Deffence*, II, VI)⁹. Os exemplos que este autor apresenta são os termos técnicos de artes e ofícios, os equivalentes vernaculares de nomes próprios latinos e as palavras arcaicas aos quais o poeta poderá dar uma nova vida. De facto, a Pléiade introduzirá novas palavras, pelo menos no domínio da linguagem poética, mesmo que estas não sejam completamente reconhecidas pela respectiva utilização posterior (Cornilliat & Langer, 1997, p. 130). Na opinião de Cornilliat & Langer (1997), o autor quinhentista Vauquelin de La Fresnaye¹⁰, coevo de D. António de Ataíde, resume bem as regras principais da inovação linguística: «Se surgirem palavras novas para utilização, / Seja desconfiado e prudente na sua aceitação: / Fará bem em integrá-las lentamente / Com as que a França usa habitualmente» (*Art poétique françois*, 1605, I, 315-318).

Cornilliat & Langer (1997) indicam, contudo, que estes não são os únicos métodos de enriquecimento da língua: “para criar esta verdadeira abundância ou *cópia* adoptada pelos teóricos da poesia do século XVI, é necessário trabalhar no interior da língua, encontrando sinónimos, tropos e exemplos que permitam alterar a expressão, sem provocar repetições e aborrecimento” (p.130). Acrescentam os mesmos especialistas que, sobre esta questão de abundância imaginativa e verbal o século XVI conheceu a publicação de obras originais, de ‘retóricas’ especializadas, centradas na riqueza do discurso, como o *De duplici copia verborum ac rerum* de Erasmo (1512), que experimenta a formulação dos princípios que levaram à ‘cópia’, sendo que estes princípios se aplicam principalmente ao latim, generalizando-se, no entanto, facilmente, sobretudo porque abordam simultaneamente as ‘coisas’ (os sujeitos do discurso) e as palavras. “O manual de Erasmo sistematiza o que os outros apenas se contentaram em enumerar e acumular sob a forma de listas de exemplos, sinónimos e variações, imitando obras como *Onomasticon* e *Etymologiae*, herdadas dos últimos anos da Antiguidade e da Idade Média” (Cornilliat & Langer, 1997, pp.130-131).

⁵ Vida, M. G. (1976) *De arte poetica*, éd. et trad. R. G. Williams, New York.

⁶ Castiglione, B. (1987) *Le livre du Courtisan*, tr. G. Chappuis – A. Pons, Paris.

⁷ Cf. Jorge García López et al. (2013): pp. 162-165.

⁸ Du Bellay, *op.cit.*

⁹ Veja-se Jean Bessière (1997), *op. cit.*, p. 130.

¹⁰ Jean Vauquelin de La Fresnaye, nasceu em La Fresnaye-au-Sauvage em 1536 e morreu em Caen em 1607.

De acordo com Cornilliat & Langer (1997) nas primeiras décadas do século XVI, desencadeia-se um debate sobre a necessidade de imitar o latim de Cícero. Os mesmos autores referem que a contribuição mais célebre para esta discussão foi a obra *Ciceronianus* de Erasmo (1528), que ataca o culto prestado a Cícero por parte de humanistas como Christophe de Longueuil, mestre na imitação exacta de um só estilo. “Na opinião de Erasmo não saberíamos reproduzir todos os aspectos do estilo ciceroniano: existem aspectos positivos e negativos no Arpinate; vivia-se numa época (e sob uma religião) bem diferente da de Cícero, pois havia-se herdado toda a *latinitas* pagã e cristã” (Cornilliat & Langer, 1997, p. 131). Também o 1.º Conde de Castro D’Aire o faz transparecer nas suas ideias.

Vejam os que diz D. António de Ataíde a respeito da língua portuguesa que ele considera entre as três principais por ser nela escrito o título da cruz e por ser elegante. Não quis alargar-se em louvores em relação à sua língua materna porque outros autores como João de Barros¹¹, André de Resende e também Manuel Barata haviam tratado o assunto com proficiência e erudição.



Figura 16¹²



Figura 17¹³

¹¹ As duas primeiras gramáticas da língua portuguesa seguiam uma mesma filosofia humanista: a exaltação da língua portuguesa, tida como a mais próxima dos padrões latinos. Daí a latinização sintática e léxica dos textos literários do século XVI.

1536 – Fernão de Oliveira, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. – (Esta obra apresenta cinquenta capítulos, desde a história da linguagem até noções de sintaxe, com destaques dos aspectos sonoros; o seu conceito de gramática era clássico: “a arte de falar e escrever corretamente”.)

1540 – João de Barros, *Grammatica da Lingua Portuguesa*. – (Este trabalho segue a mesma filosofia humanista de Fernão de Oliveira: a exaltação da língua portuguesa, tida como a mais próxima dos padrões latinos.)

Outras publicações se seguiram.

1574 - Pero de Magalhães de Gandavo, *Regras que ensinam a maneira de escrever a horthografia da língua portuguesa com um diálogo que adiante se segue em defensão da língua portuguesa*.

1576 – Duarte Nunes de Leão, *Orthographia*.

1606 – Duarte Nunes de Leão, *Origem da Lingoa Portuguesa*.

1619 – Amaro de Reboredo, *Methodo Grammatical para todas as Lingoas*.

1631 – Álvaro Ferreira de Vera, *Breves Louvores da Lingua Portuguesa*.

¹² Página da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* da autoria de Fernão de Oliveira. Veja-se [em linha]: <http://eportuguese.blogspot.pt/2011/02/lingua-portuguesa.html>.

Além do mais, considera o português um latim corrupto, facto que só o enobrece por estar ligado à grande língua que permitia a comunicação internacional entre os homens daquela época. A opinião do 5.º Conde da Castanheira é análoga à de Luís de Camões, no Canto I, estrofe 33 de *Os Lusíadas*, quando o príncipe dos poetas portugueses afirma «E na língua, na qual quando imagina, / Com pouca corrupção crê que é latina.» Ou seja, a viagem rumo à Índia despertara a admiração e o afecto de Vénus que identificara nos argonautas lusos, a ousadia dos antigos navegadores. Além disso, a língua por eles falada era muito semelhante à da sua pátria cara, o Lácio. Declara então o 1.º Conde de Castro D’Aire:

«[fl. 32] diserão ser a latinidade huma parte da elegança / ¹⁴ forão juizes de sospeita *porque* erão latinos, E não / tinham noticia da elegancia autoridade E facundia / desta nosa lingua¹⁵ bem confeso eu *que* he / ¹⁶<a> latina huma das tres rajnhas das linguas *por* ser¹⁷ / escrito nella o titulo da crus, como pondera o *que* escre/ueo os liuros de mirabilibus sacra scriptura *que* se / atribue e anda inserto nas obras de santo Agostinho / mas¹⁸ *por* esta rezão não se proua ser ella a prin/cipal senão huma das principais E asi aquela supre/ma dignidade he sospeitosa estando agregada por / meo de cuja elegança procedia aos naturais / chamarem Barbaros a toda outra nação como / se proua *por* muitos ¹⁹<[...]> *por* todos os autores gregos E la/tinos mas não quero alargar me ou diuertir me / em lououres da nosa lingua asi *porque* não pareça / *que* busco ocasião arrepelada *pera* discurso como / *porque* tratou bem esta materia <como todas> Joao de barros na / sua gramatica da lingua portuguesa E o mes/tre Andre de Resende na sua antiguidade de Euo/ra E tambem manuel baratta escreueo hum breue / dialogo; E o que a todos eu acho alguma culpa he / em fazerem hum grande fundamento de seus louuo/res na semelhança *que* tem com a latina, *porque* / dahj não resulta mais *que* ser hum latim corrupto.»

D. António de Ataíde depois de falar no temperamento divino do português, relevante juízo sobre o propósito em causa, inclui nos inícios do fl. 32v outras duas tiradas fundamentais em toda a sua obra. Na primeira põe a hipótese de se um dia se publicar um tratado acerca das grandezas da cidade de Lisboa, examinar o assunto da língua portuguesa com mais fundamento e propriedade: «/ E eu quisera *que* mostrarão elles como não consiste só / niso a sua excelência E se alguma hora sair / a lus hum tratado das grandezas de Lisboa // [fl. 32v] aj se uera esta materia²⁰ tratada de fun/damento Agora ²¹<direj somente o que nisto> alegar / se he a lingua latina.» O segundo e importante juízo que Ataíde nos transmite reside

¹³ Página da *Grammatica da Lingua Portuguesa* de João de Barros. Vide [em linha]: <http://eportuguese.blogspot.pt/2011/02/lingua-portuguesa.html>.

¹⁴ Riscado: «falarão».

¹⁵ Riscado: «E proua se».

¹⁶ Riscado: «língua».

¹⁷ Na margem direita do fôlio: «Livro 1 Capitulo 9».

¹⁸ Riscado: «se».

¹⁹ Riscado: «E muj».

²⁰ Riscado: «mais».

²¹ Riscado: «tornando ao *que* des[...]».

no facto do 5.º Conde da Castanheira defender a língua natural como instrumento para a construção de obras literárias. Na verdade,

«*pera hum poeta com/por* perfeitamente a de ser na sua lingua natural / E *por* isso escreueo²² Daudid em He/breo Homero em grego Vergilio em latim luis de / Camõis em portugues *porque*²³ a delicadesa E os / conceitos uem mais facilmente na²⁴ lingua natural / ²⁵*que* na estranha E (como dis o meu santo, ²⁶<toda> / a lingua tem alguns proprios generos de elocucom / *que* transferidos em outra linguoajem parecem ab/surdos, Donde me parece *que* mjlhora seria di/zer *que* huma das partes da elegança he, não / a latinidade, mas a linguoajem de cada hum /.»

Todavia, com isto não quer o preceptista tirar valor e elevação aos seus coevos que escreveram grandes obras em latim, como foi o caso do padre Luís da Cruz: «E não ²⁷<tiro> *por* isto a excelencia ao latim *que* os *que* / nelle forem tão exercitados *que* lhes fique na/tural escreuerão elegantissimamente como o tem / feito o Reverendo padre mestre luís da Crus na sua / paraph²⁸ rasis dos salmos tornemos a compo/sição das palauras *que* he a segunda parte da / elocução E a principal deste capitulo^{29 30} //.»

No início do fl. 33, D. António de Ataíde começa a tecer um conjunto de considerações sobre a língua e as suas palavras: «[fl. 33] As palauras dis quintiliano ou são proprias ou trans³¹/feridas ou fingidas E inuentadas de nouo, As proprias / ou são antigas como poer em ello <E em latim antigo [são o ?] *que* os antigos recebem E usauão / por Valde *que* quer dizer [...] / *Capitulo* 125> ou ordinarias / costumados como as de *que* usamos.» Porque nem sempre o valor e a graça das palavras são vivazes, cita D. António de Ataíde o v. 72 da *Epístola aos Pisões* de Horácio, no fl. 33v, «Si uolet usus / quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi» percebemos de forma muito clara a teoria do preceptista luso. *Usus* tem, neste contexto, tal como acontece na obra do poeta de Venúcia, um sentido rico, pois não é só aquilo a que se denominava de retórica latina *consuetudo loquentium* (Quint., *Inst. Or.*, I, 6, 44; Aulo Gélcio, *N. A.*, XII, 13, 16), – autores mencionados por Ataíde – mas incluía em si a *utilitas*, ou seja a *necessidade* que leva à inovação formada pelos neologismos e pelo retorno ao uso de certos arcaísmos³²: «³³Quintiliano resolve esta materia dizen/do *que* as

²² Riscado: «Homero em grego».

²³ Riscado: «como».

²⁴ Riscado: «na».

²⁵ Na margem esquerda do fôlio: «Agostinho de uera / religi. *Capitulo* / 50».

²⁶ Riscado: «tem».

²⁷ Riscado: «digo».

²⁸ Riscado: «a».

²⁹ Riscado: «As palauras / <dis quintiliano> ou são proprias ou <transferidas ou fingidas E inuentadas [...]» [riscado: «traduzidas»] as proprias ou são anti/guas ou ordinarias E costumados <como os [...]» ou [...], as <transferidas são as que por outro nome [...] se chamão metaforicas> as traduzidas *humas* são pontualmente asi [...] / as dizem [...] de quem as traduzimos [...] / [...] <como [...]» beneficio são [...] latinos [...]» ou são com alguma deferença como os Jancta e em / portugues he traduzida de [...] em latim com alguma dife/rença o frances dis citulo nos disemos cutelo as fingidas / são arbitrarías E formadas a uontade de cada hum As [...] / E desta usão muito pouco os poetas e ou são deduzidas <d[e] outras da mesma> E trasladadas [...] / lingoa ou d[e] outras linguas [...] de beatus formou beatitas E bea/titude a primeira se excluiu e a 2.ª se recebeo».

³⁰ Na margem esquerda do fôlio riscado: «+ *que* he [...] / são palauras ordinarias numa significação apli/cadas a deferente Como Vergilio / no 6 chama a dous homens / dous rayos da guerra [riscado: «[...]»] / [...] [riscado: «[...]»] [...]».

³¹ Na margem direita do fôlio: «Libro 8 *Capitulo* de ornatu».

³² Cf. R. M. Rosado Fernandes (2001), *op. cit.*, p. 60.

³³ Na margem direita do fôlio: «Libro 1 *Capitulo* 6».

palavras tiradas da antiguidade / não so tem grandes aprouadores mas trazem / alguma majestade a ³⁴estilo com alguma / deleitação porque tem a autoridade da / antiguidade E porque são já quasi esquecidas / tem juntamente huma graça semelhante a / nouidade.» Está o autor na linha de Horácio, pois foi lícito e legítimo e sempre será lançar um vocábulo cunhado com o selo da modernidade.

Como afirma o poeta de Venúsia, vv. 60-63: «assim como as florestas mudam de folhas no declinar dos anos, e só as folhas velhas caem, assim também cai em desuso a velha geração de palavras e, à maneira dos jovens, as que há pouco nasceram em breve florescem e ganham vigor. Nós e as nossas obras estamos fadados para a morte³⁵.»

Há ainda a aditar que D. António de Ataíde, acérrimo defensor da língua e dos autores lusos, foi um dos primeiros críticos da obra de vários autores portugueses, nomeadamente Camões, apontando-o como um exemplo a seguir para o género épico.

O seu Borrador, cuja translineação integral se apresentou pela primeira vez, a seis de Julho 2018, na sala dos Capelos em Coimbra³⁶, possibilita-nos também compreender que as regras sobre a construção literária nos finais de Quinhentos, não eram já as mesmas que Robortello ou Minturno haviam cinzelado. Ataíde sente tudo isso e talvez tivesse sido esse o motivo que o levou a não publicar a sua *Arte Poética*. Ainda assim, encontramos no seu Borrador matéria para trabalhos de diversa índole literária que tangem determinados pontos de vista universais na cultura ocidental, embora vivamos numa época em que a plutocracia do hiperconsumo é um modo de produção estética. No entanto, estaremos assim tão longe, hoje, das concepções estéticas e poéticas amparadas pelo 5.º Conde da Castanheira?!

O autor dividiu a sua obra em diversos capítulos que ocupam um total de sessenta e três fólhos. Começa a sua exposição com o título «*Da origem E nome da Tragedia E sua definição / E partes /.*» As ideias patentes são sempre apoiadas em autoridades da Antiguidade greco-latina, do Renascimento e do período já denominado de Maneirista³⁷,

³⁴ Riscado: «orações».

³⁵ Cf. R. M. Rosado Fernandes (2001), *op. cit.*, pp. 58-59.

³⁶ Vide tese de Doutoramento *Arte Poética de D. António de Ataíde* da autoria de Adriano Milho Cordeiro.

³⁷ No documento [em linha]: <https://www.priberam.pt/dlpo/maneirismo> apresenta-se o seguinte significado para o termo Maneirismo: «Forma de arte que se desenvolveu na Itália, depois na Europa, no século XVI, sob a influência dos grandes mestres da Renascença.» No *Dicionário do Português Atual – G – Z* da autoria de Houaiss et al. (2011): 1513-1514, define-se maneirismo da seguinte forma: «**maneirismo** *s. m.* (s XIX) **1** ESTÉT HIST.ART estilo e movimento artístico europeus de retomada de certas expressões da cultura medieval que, aprox. entre 1515 e 1610, constituíram manifesta reação contra os valores clássicos prestigiados pelo humanismo renascentista **2** HIST.LIT tendência literária que precede o estilo barroco e com ele possui algumas afinidades, caracterizada, entre outras coisas, pela presença, esp. na prosa e na poesia, da melancolia, de uma visão pessimista do mundo, do sentimento de incerteza que abala os alicerces dos ideários humanista e antropocêntrico **2.1** adesão exagerada ou afetada a um determinado estilo artístico ou literário [...] + ETIM *maneira* + *-ismo*.»

Isabel Almeida (2001): 1082-1084, afirma o seguinte acerca deste período literário: «LITER. O termo foi usado pejorativamente, sobretudo a partir de meados de Setecentos, para referir a pintura quinhentista marcada pelo cultivo da “maneira”. No séc. XVI esta palavra valia como designação de um comportamento social elegante e requintado, mas também significava um estilo próprio ou de conjunto, e “maneirista”, era epíteto do criador empenhado na concretização da sua “ideia” ou na hábil imitação de um modelo. Só o desagrado das gerações seguintes pelas obras assim concebidas (julgadas afectadas, decadentes e sem valor) fez virar contra elas e seus autores uma expressão que começou por nada ter de ofensivo.

Em Portugal, nos anos de 1961 e 1965, Jorge de Sena defendeu com arrojo a necessidade de assimilar este conceito, advogando que tal seria o meio para entender autores injustamente postergados, vistos como espúrios ou sombras menores de Camões. Pela mesma época, Helmut Hatzfeld e Kurt Reichenberger ensaiavam releituras de obras camonianas à luz da nova problemática. Seria, no entanto, V. M. Aguiar e Silva a aceitar o repto lançado por Sena, dedicando parte da sua tese de doutoramento ao estudo do M. na poesia lírica portuguesa. Entre os méritos deste trabalho não se contava apenas o de reavaliar um acervo ignorado ou por preconceito descurado: – à adopção de uma perspectiva que permitia compreendê-lo em plenitude (sem ser como degenerescência do barroco) ficou associada uma árdua investigação filológica, pois muitas das

culminando num caldeamento entre a estética moderna sua coetânea e o que de adequado, segundo a sua balizada opinião, havia nos autores clássicos. O seu ideal estético de Renascimento tardio pôde assim mesclar-se com as novidades da crítica coeva e conceber sem impetuosidade novas orientações. A defesa da épica camoniana³⁸ é disso exemplo e de capital importância para a percepção do poeta e da poesia, numa independência de pensamento que sempre o caracteriza e que provavelmente terá marcado de certa forma a sua intervenção no debate estético do Portugal e da Espanha de Quinhentos e Seiscentos. De certa forma pressente-se, na escrita da sua Poética, uma revelação de uma cultura fustigada por um angustiada sentimento de crise nacional. Por isso, havia que imortalizar os grandes autores «da pequena casa lusitana» e principalmente o génio de Camões³⁹. Ainda que de forma muito indirecta, intui-se também pela leitura do seu *Borrador* a consciência de que ‘Portugal’ poderia vir a tornar-se num império linguístico-cultural⁴⁰.

Bibliografia:

A.A.V.V. (s.d.), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada.

obras permaneceriam mss., dispersas numa tradição caótica que tornava difícil (e ainda torna, em muitos casos...) a atribuição de autoria e a fixação dos textos, não raro indevidamente inclusos em edições camonianas.

Continuam a faltar estudos que permitam uma ideia globalmente nítida deste fenómeno no nosso país: há que investigar demoradamente diversos géneros (teatro, elementos da ficção narrativa, emblemática, oratória, etc.), onde relações entre literatura e as outras artes. Mas se imperfeito deve considerar-se o retrato do M. de Portugal, os seus contornos estão traçados e balizas cronológicas já foram apontadas: entre 1560 e as primeiras décadas do séc. XVII. Entendendo tais marcos com a flexibilidade que o bom senso e a prudência recomendam, poderemos dizer que maneirista será, ao menos em partes da sua obra, Camões, juntamente com outros autores, por vezes manifestamente devedores do seu exemplo. Contem-se, pois, num rol aberto, Fr. Agostinho da Cruz, André Falcão de Resende, Baltasar Estação, Diogo Bernardes, Diogo Mendes Quintela, Elói Sá Souto Maior, Fernão Álvares do Oriente, Fernão Correia de Lacerda, Fernão Rodrigues Lobo Soropita, Francisco Rodrigues Lobo, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Luís Pereira Brandão, D. Manuel de Portugal, Martim de Castro do Rio, Pedro da Costa Perestelo, Vasco Mousinho Castelbranco.» Cf. Maneirismo in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* – Século XXI. Lisboa, Editorial Verbo.

Sobre a origem e difusão do conceito de maneirismo e barroco veja-se V. M. de Aguiar e Silva (1983): 437-502. Observe-se ainda Aníbal Pinto de CASTRO (1984), «Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco: seus fundamentos, seus conteúdos, sua evolução» in *Separata da Revista Universidade de Coimbra*, vol. 31. Coimbra, Coimbra Editora, pp. 505-532.

³⁸ O 5.º Conde da Castanheira faz vinte alusões a Camões: fl. 17v; fl. 23; fl. 24v; fl. 25; fl. 25v; fl. 27; fl. 27v; fl. 28; fl. 28v; fl. 29; fl. 30v; fl. 31v; fl. 32v; fl. 33; fl. 36v; fl. 37; fl. 38v; fl. 43; fl. 44; fl. 49v; e quatro referências ao termo *Lusíadas*, fl. 24v; fl. 28; fl. 28v; fl. 29.

No «[fl. 23v] *Capítulo* 6 dos ³⁸<nomes> do poema / E seu estilo» Ataíde inicia uma longa dissertação sobre o género épico, a fim de legitimar *Os Lusíadas* de Luís de Camões, bem como a língua em que foram escritos. Encontramos neste excerto a primeira referência a Luís de Camões. O preceptista português de certa forma e do ponto de vista das ideias prepara o leitor para um longo conjunto de fólios que apesar dos diferentes títulos atribuídos procuram, no fundo, explicar a essência da poesia épica. Na opinião do 1.º conde de Castro D’Aire *Os Lusíadas* seguem as epopeias clássicas e superam-nas; são o exemplo de epopeia ‘moderna’ a seguir e a marca da expansão da Língua Portuguesa no Mundo.

³⁹ D. António de Ataíde e muitos membros da sua família fizeram jus às ideias expressas na estrofe 14 do Canto VII de *Os Lusíadas*: «Mas entanto que cegos e sedentos / Andais de vosso sangue, ó gente insana! / Não faltarão Cristãos atrevimentos / Nesta pequena casa Lusitana: / De África tem marítimos assentos, / É na Ásia mais que todas soberana, / Na quarta parte nova os campos ara, / E se mais mundo houvera, lá chegara.»

⁴⁰ D. Ana de Lima e Ataíde, 7.ª condessa da Castanheira e neta do autor em estudo, casou com um herói da Restauração, Simão Correia da Silva, que se correspondeu com o Padre António Vieira, o grande criador da utopia do quinto império do mundo. Acerca desta ligação epistolar, veja-se J. Lúcio de Azevedo (1997), *Cartas do Padre António Vieira*. Lisboa. INCM. Talvez houvesse no *ethos* português de D. António de Ataíde o sentimento objectivo de restituir a esperança às elites e a um povo inteiro. Observe-se também os fólios 31v. a 32v. do *Borrador*, onde se faz o elogio da língua portuguesa e se atenta para as «grandezas de Lisboa.»

A.A.V.V. (1963-1995), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa, Editorial Verbo.

A.A.V.V. (1998-2003), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura – Século XXI*. Lisboa, Editorial Verbo.

François CORNILLIAT & Ulrich LANGER (1997), «Histoire de la Poétique au XVI^e Siècle» in Jean Bessière – Eva Kushner – Roland Mortier – Jean Weisgerber, (eds.), *Histoire des Poétiques*. Paris 119-162.

Gisèle MATHIEU-CASTELLANI (1997), «Histoire de la Poétique au XVI^e Siècle» in Jean Bessière – Eva Kushner – Roland Mortier – Jean Weisgerber, (eds.), *Histoire des Poétiques*. Paris, PUF, pp. 109-117.

Fernando CRISTÓVÃO (2008), *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra, Edições Almedina.

Raúl Miguel Rosado FERNANDES (2001), *Horácio, Arte Poética*. Lisboa, Editorial Inquérito.

Jorge García LÓPEZ (2013), *Historia de la Literatura Española*. - 2. La conquista del clasicismo (1500-1598). Barcelona, Crítica.

Maria Del Carmen Bobes NAVES (2008), *Crítica del Conocimiento Literário*. Madrid, Arco Libros.

Vítor Manuel de AGUIAR e SILVA (2008), *A lira dourada e a tuba canora: novos ensaios camonianos*. Lisboa, Cotovia.

Bernard WEINBERG (1963), *A History of Literary Criticism in the Italian Renaissance*. Chicago, University of Chicago Press, 2 vols.

Bibliografia em formato electrónico

Página da Grammatica da Língua Portuguesa de João de Barros. Disponível em <http://eportuguese.blogspot.pt/2011/02/lingua-portuguesa.html>

(s.a.) (s.d.), *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://www.priberam.pt/dlpo/maneirismo>.